

/Sindispge informação

SINDISPGE SE REUNIU COM PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

A diretoria executiva do SINDISPGE e a assessoria jurídica do Sindicato estiveram reunidas com o Procurador-Geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa. Uma das pautas foi propor alternativas para incrementar a produtividade dos Servidores da PGE. De acordo com o grupo, apesar de não ser o cenário ideal, a proposta tem como meta ser um paliativo já “que a reestruturação do Plano de Carreira não se vislumbra num curto prazo e a proposta de gratificação também não foi de fácil aceitação”.

Durante a reunião, a presidente Sabrina Oliveira Fernandes reforçou que a espera por resultados ultrapassou o limite da paciência suportável, mas o SINDISPGE acredita, ainda, no diálogo e acena com alternativas para garantir melhorias salariais para a categoria. “Em suma, reforçamos a nossa principal bandeira, que é o Plano de Carreira, mas não deixamos de demonstrar flexibilidade para aderir a alternativas de obter melhorias salariais por meio de gratificações, incremento na produtividade, criação de vale alimentação, entre outros itens que estão na nossa vasta pauta de reivindicações”, resumiu a dirigente do Sindicato. (segue na próxima página)





/Sindispge informação

"NÃO PODEMOS ESPERAR MAIS", AVISA DIREÇÃO DO SINDICATO

O colegiado reafirmou diante do Procurador-Geral a necessidade das pautas remuneratórias da categoria serem atendidas urgentemente, uma vez que o quadro de insatisfação cresce exponencialmente entre os Servidores, já angustiados por tantas promessas vazias. O grupo alertou que “em breve a Categoria se reunirá para decidir os rumos a serem seguidos. Enquanto a gestão deste gabinete reinicia, a atual gestão do SINDISPGE começa a rumar para o seu último ano. Não podemos esperar mais”.

Sabrina ainda fez a ressalva de que durante os anos de pandemia a postura cooperativa prevaleceu. “Todos estavam preocupados, acima de tudo, em manter a PGE funcionando e o seu capital humano em segurança, apesar de todas as adversidades enfrentadas”. Na visão da dirigente, agora é o momento do Poder Executivo dar a contrapartida: “Defendemos que este é um ano para resultados concretos, sob pena de agravarem os sentimentos de descrédito e desgosto há muito demonstrados por todos que participam ativamente das atividades do SINDISPGE”, sentenciou.

Para a dirigente do SINDISPGE, o anúncio do Governo Federal sobre a volta da cobrança dos tributos sobre combustíveis para preservar a arrecadação, reacende a esperança. “É uma demonstração de mudança de postura dos rumos econômicos do País, mas independente do desfecho dessa história, o SINDISPGE vai seguir pressionando para recompor as perdas e a defasagem salarial experimentada pelos Servidores ao longo dos últimos oito anos”, finaliza.

Participaram da reunião, por parte da Diretoria Executiva do Sindispge, os colegas: Fernanda Adriane Heck Loch e Lucas Wickert; por parte do Gabinete, os Procuradores do Estado: Paula Krieger, Diana Paula Sana, Victor Herzer da Silva e Henrique Zandoná.



/pautas da categoria

SINDISPGE PARTICIPA DE FÓRUM EM DEFESA DO IPE SAÚDE

A presidente do SINDISPGE, Sabrina Oliveira Fernandes, participou, no dia 7/2, da discussão sobre projeto a ser apresentado pelo Governo Gaúcho para reestruturar o IPE Saúde. O tema foi debatido por duas dezenas de sindicatos e associações de servidores públicos estaduais e municipais.

O aumento de alíquota e a cobrança de dependentes têm causado preocupação nos segurados. As entidades decidiram solicitar audiência com o presidente do IPE Saúde e com o Chefe da Casa Civil. O grupo também aprovou a realização de reunião com a FAMURS para discutir a posição da entidade quanto ao Instituto.

Outra decisão diz respeito a realização de plenárias nas dez regiões do Estado, onde o Fórum tem representação, para entender as demandas dos servidores estaduais e municipais.

Sabrina defende o diálogo amplo entre as entidades e os representantes dos Poderes. “Estamos falando de um serviço que atinge mais de um milhão de Gaúchos e a sua precarização significa sobrecarregar ainda mais o SUS. Precisamos revitalizar o IPE Saúde, porém sem onerar os usuários, especialmente aqueles que sempre se mantiveram vinculados sem interrupções”.

BOLETIM SONORO EXCLUSIVO PARA FILIADOS

Os Boletins Sonoros exclusivos aos Filiados trouxeram, em fevereiro, novidades sobre os 20 anos do nosso Sindicato e a posse dos Deputados Estaduais. No decorrer do mês, repercutimos a declaração da secretária da Fazenda do Rio Grande do Sul, Pricilla Santana, sobre a revisão geral anual e os seus desdobramentos entre a direção do SINDISPGE. Também divulgamos os relatos das colegas Amanda e Rejane, da CCP, sobre os ótimos resultados do setor.





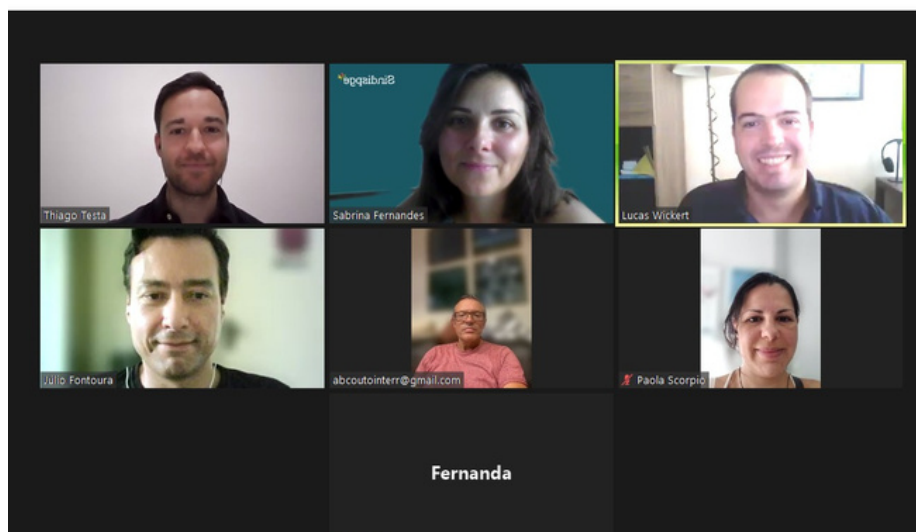
/pautas da categoria

DIRETORIA EXECUTIVA AMPLIADA

Em 15 de fevereiro, o Sindicato fez reuniões com os integrantes da Diretoria Executiva Ampliada e do Conselho Fiscal para avaliação da sugestão da logomarca dos 20 anos do SINDISPGE, projeto mobilização e união dos Servidores e dos estudos a serem apresentados na reunião com o Dr. Eduardo, solicitada em janeiro no dia de sua posse.

Ficou acertado que a Diretoria intensificará ações e chamadas para as Assembleias Gerais que ocorrerão ao longo desse ano. O objetivo é iniciarmos um movimento a partir da base, de forma sólida e segura. Os demais temas trazidos foram aprovados sem divergências.

Participaram: Sabrina Oliveira Fernandes, Lucas Wickert, Thiago Testa, Ricardo Giacomelli Bressan, André Couto, Daniel Franco Martins, Paola Scorpio, Fernanda Reck Loch, Juliani Martins, Júlio Fontoura, Patrícia Cechinato e Flávio Menezes dos Reis.



UNIÃO GAÚCHA

A União Gaúcha em Defesa da Previdência Pública e Social manteve a sua rotina de encontros semanais em fevereiro com a realização de reuniões ordinárias. Sabrina Oliveira Fernandes e Daniel Franco Martins representaram o SINDISPGE nos eventos deste mês. Destaque para a reunião extraordinária que contou com a presença do Professor Pedro Zahluth Bastos. Na ocasião, ele falou sobre o Teto de Custos e RRF, bem como suas perspectivas para a administração pública.



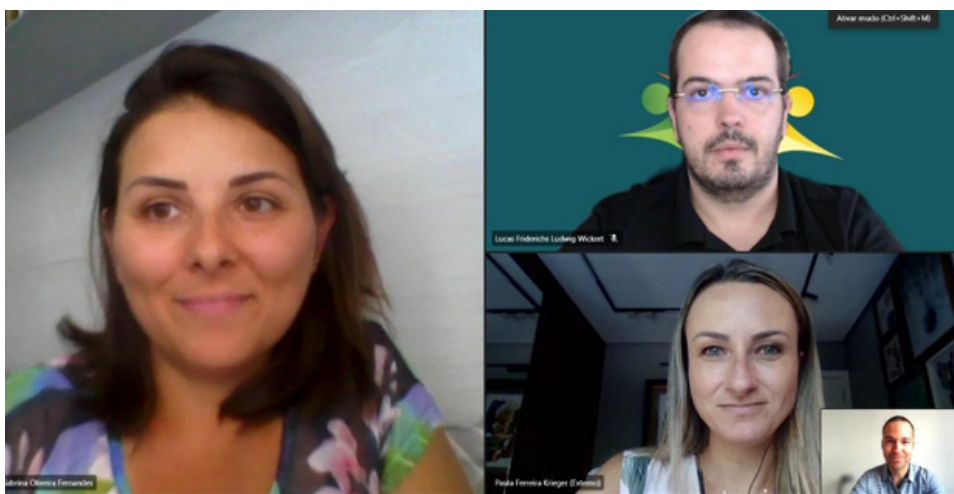
/pautas da categoria

REUNIÃO ORDINÁRIA (RO)

A Reunião Ordinária mensal da Diretoria do Sindicato com a Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, Dra. Paula Ferreira Krieger, da qual participaram os Diretores Sabrina Oliveira Fernandes, Lucas Wickert e Thiago Testa, ocorreu no dia 27/02. Entre diversos assuntos tratados, destacamos os de maior impacto:

- 1) Protocolo do Estudo, realizado pelo colega Gilson Soares, a respeito da viabilidade de diferenciação por antiguidade na carreira, trazendo exemplos de leis recentes aprovadas, reforçando nosso discurso sobre a necessidade de reformulação do nosso Plano de Carreira atual;
- 2) Teletrabalho e as sucessivas prorrogações das Ordens de serviço, totalizando 16 publicações;
- 3) Regulamentação das 7 horas;
- 4) Promoções e Progressões para 2023;
- 5) Retomamos um tema antigo a respeito dos “pare” antes das férias.

Especialmente neste mês, a nossa pauta remuneratória ficou para ser tratada na presença do Dr. Eduardo.





/pautas da categoria

NOTA DE REPÚDIO

O Sindicato dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul – SINDISPGE – vem a público repudiar a notícia divulgada na tarde de ontem (15/02) quando a Secretária da Fazenda disse não haver possibilidade de conceder a Revisão Geral Anual prevista no art. 37, inciso X da CF/88.

Manifestamos nossa indignação pelo fato de terem sido concedidos recentemente (02/01) aumentos substanciais, sem qualquer ressalva (32% ao Governador; 47% ao Vice-Governador e aos Secretários de Estado; além dos aumentos progressivos aprovados ao Poder Legislativo). Ademais, cabe salientar que utilizar o critério da média salarial para transmitir, perante a sociedade e a opinião pública, uma ideia de que o Funcionalismo Gaúcho possa ser bem remunerado não é factível e não condiz com a realidade vivida por mais de 80% do Quadro de Servidores Públicos.

Muito pelo contrário, dá amplitude ao abismo evidenciado nos órgãos públicos, onde, aproximadamente, 20% do Quadro recebe o equivalente a 70% da folha salarial respectiva. Negar a Revisão Geral Anual é um disparate diante das dificuldades conhecidas por todos em um cenário de constante retirada de direitos (vide a Reforma Administrativa 2020) e com uma inflação acumulada que, para boa parte dos Servidores, já ultrapassa 60%.

O SINDISPGE nutre a esperança de que, assim que resolvidas e revertidas as questões inerentes ao ICMS dos combustíveis, como ocorrera no tocante à Energia Elétrica e Telecomunicações, tal medida possa ser revista urgentemente, bem como a retomada das etapas inerentes à reestruturação iniciada em dezembro. De nossa parte, seguiremos atentos e lutando pelo Funcionalismo Gaúcho, em especial, na representação dos Servidores Públicos da PGE-RS, os quais são parte fundamental para a economia processual (R\$ 1,2 bilhão em 2022) e arrecadação judicial (R\$ 705 milhões em 2022) para o Estado, a fim de continuarmos colaborando para com a viabilidade das políticas públicas em áreas tão caras para a nossa sociedade.

NOTA DE REPÚDIO

O Sindicato dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul – SINDISPGE – vem a público repudiar a notícia divulgada na tarde de ontem (15/02) quando a Secretária da Fazenda disse não haver possibilidade de conceder a Revisão Geral Anual prevista no art. 37, inciso X da CF/88.

Manifestamos nossa indignação pelo fato de terem sido concedidos recentemente (02/01) aumentos substanciais, sem qualquer ressalva (32% ao Governador; 47% ao Vice-Governador e aos Secretários de Estado; além dos aumentos progressivos aprovados ao Poder Legislativo).

Ademais, cabe salientar que utilizar o critério da média salarial para transmitir, perante a sociedade e a opinião pública, uma ideia de que o Funcionalismo Gaúcho possa ser bem remunerado não é factível e não condiz com a realidade vivida por mais de 80% do Quadro de Servidores Públicos. Muito pelo contrário, dá amplitude ao abismo evidenciado nos órgãos públicos, onde, aproximadamente, 20% do Quadro recebe o equivalente a 70% da folha salarial respectiva.

Negar a Revisão Geral Anual é um disparate diante das dificuldades conhecidas por todos em um cenário de constante retirada de direitos (vide a Reforma Administrativa 2020) e com uma inflação acumulada que, para boa parte dos Servidores, já ultrapassa 60%.

O SINDISPGE nutre a esperança de que, assim que resolvidas e revertidas as questões inerentes ao ICMS dos combustíveis, como ocorrera no tocante à Energia Elétrica e Telecomunicações, tal medida possa ser revista urgentemente, bem como a retomada das etapas pertinentes à reestruturação iniciada em dezembro.

De nossa parte, seguiremos atentos e lutando pelo Funcionalismo Gaúcho, em especial, na representação dos Servidores Públicos da PGE-RS, os quais são parte fundamental para a economia processual (R\$ 1,2 bilhão em 2022) e arrecadação judicial (R\$ 705 milhões em 2022) para o Estado, a fim de continuarmos colaborando para com a viabilidade das políticas públicas em áreas tão caras para a nossa sociedade.

#juntososmoinfantes
#valorização



/gestão

PGE-RS É FUNDAMENTAL PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

O Serviço de Processamento de Precatórios (SSP) e a Central de Conciliação e Pagamento de Precatórios do Tribunal de Justiça do RS anunciaram a quitação de 9.780 precatórios. O valor dos pagamentos supera R\$ 1,5 bilhão. O número engloba valores do Rio Grande do Sul, dos Municípios, em Regimes Especial e Geral, e de precatórios federais.

Um dos fatores para esse excepcional resultado é o empenho e eficiência dos Servidores que atuam na Câmara de Conciliação de Precatórios da Procuradoria Geral do Estado. Criado em 2015, o setor foi fundamental para acelerar a conferência e viabilizar o pagamento da dívida do Estado com precatoristas.

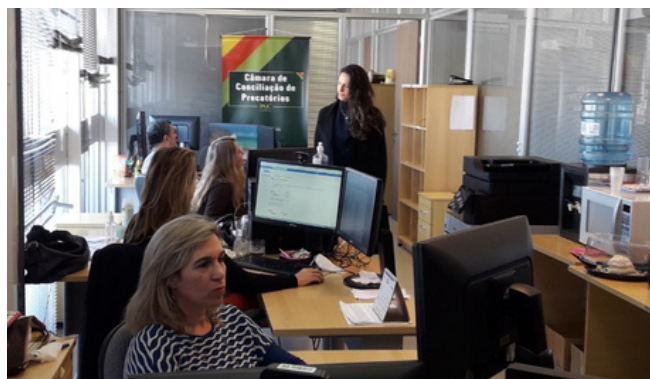
A PGE-RS investiu no setor e vem colhendo os resultados. Com uma equipe coesa e muito competente, os resultados estão sendo acima do esperado. Atualmente, a Câmara de Conciliação conta com 10 analistas contadores, sete analistas jurídicos, cinco procuradores e três servidores técnicos. Além de celebrar os acordos, os servidores da PGE-RS são essenciais para averiguar a conformidade dos processos. Isso dá transparência e segurança ao sistema.

Como o pagamento ocorre atualmente

O Estado deposita 1,5% da receita corrente líquida ordinária. Metade é destinada a credores por ordem cronológica e os outros 50% vão pro pagamento de acordos.

Precatórios

O que são precatórios? São dívidas do poder público resultantes de ações judiciais superiores a 10 salários mínimos (R\$ 9,98 mil).





/pautas da categoria

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COMPLETA 58 ANOS

A PGE-RS comemora 58 anos no mês de março. Desta vez, a celebração será um pouco diferente das anteriores: teremos um evento esportivo de integração. No dia seguinte, ocorrerá a Outorga das Honrarias e um jantar festivo.

Anote na sua agenda:

19/03 - Torneio de Beach Tênis;

20/03 - Outorga das Honrarias e jantar em comemoração aos 58 Anos da PGE-RS.



**COM O SEU
SINDICATO FORTE,
QUEM GANHA
É VOCÊ.**

**FILIE-SE AO
SINDISPGE!**

Para saber mais detalhes
acesse www.sindispge.org.br
ou envie um e-mail para
sindispge@sindispge.org.br

